

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Plácido de Castro - Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014
RESPONSÁVEL: Roney de Oliveira Firmino (Prefeito)
PROCURADOR: Paulo Luiz Pedrazza (OAB/AC nº 1.917)
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.716/2018/PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Plácido de Castro - Acre. Irregular. Multa Individualizada. Notificação ao ex-Prefeito e ao Contador. Notificar o atual Prefeito. Encaminhar ao Ministério Público Estadual. Encaminhar a decisão ao Conselho Regional de Contabilidade. Dar conhecimento desta decisão ao Conselho Municipal de Saúde e FUNDEB. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **Acordam** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: 1) com fulcro no artigo 51, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerar **IRREGULAR** as Contas de **Gestão** referente a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014, de responsabilidade do Senhor **Roney de Oliveira Firmino (Prefeito)**, em razão de: **a)** envio da documentação incompleta em desacordo com o Manual de Referência da Resolução TCE/AC, no que diz respeito aos subsídios dos secretários (fl.30); **b)** descumprimento da Resolução TCE/AC nº 087/2013 em função do demonstrativo das licitações e contratos não atendem às exigências da referida Resolução (fl. 264); **c)** contratação de empresas no montante de

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

R\$ 3.133.516,18, sem comprovantes dos devidos procedimentos licitatórios, em desacordo com a legislação pertinente. A Empresa Souza & Silva Serviços Ltda - EPP, com contratação de R\$ 2.302.640,20, está sendo alvo de Auditoria de Conformidade no processo nº 22.841.2016-80, o qual foi sobrestado conforme fl. 186, do referido processo, até a decisão definitiva do Recurso de Reconsideração nº 24.094.2017-80, que tem por objeto a apuração de responsabilidade subsidiária da Administração nos casos de contratação em regime de terceirização; **d)** apresentação do valor de obras contratadas inferior ao apurado nos empenhos (fl. 193); **e)** não envio da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (fl. 32); **f)** falta de implantação do sistema de controle interno da Prefeitura em descumprimento a Resolução TCE/AC nº 076/2012. **2)** decidiu-se, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro** pela aplicação de multa no valor de **R\$ 14.280,00**, ao Senhor **Roney de Oliveira Firmino** (Prefeito) e **R\$ 3.570,00** ao Senhor **Djalma Eduardo Cardoso** (Contador), fundamentado no artigo 89, inciso II, sendo a mesma recolhida aos cofres do Estado no prazo de 30 (trinta) dias e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do artigo 58, Inciso III, alínea “b” da LCE/TCE/AC nº 38/1993. **3) Notificar** os Senhores **Roney de Oliveira Firmino** e **Djalma Eduardo Cardoso** do resultado desta decisão para que tomem conhecimento e providências que o caso exige, dentro do prazo acima estipulado. **4) Notificar** o atual Prefeito do Poder Municipal de Plácido de Castro - Acre, para que tome conhecimento desta decisão e adote as devidas providências para a correção das irregularidades acima expostas para às próximas edições da matéria e de tudo dando conhecimento a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal. **5)** Pelo encaminhamento de cópia da decisão ao

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Ministério Público do Estado do Acre, nos termos do artigo 36, inciso VI, da LCE nº 38/1993, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias. **6)** Pelo encaminhamento de cópia da decisão ao **Conselho Regional de Contabilidade** para conhecimento e providências adequadas à conduta ética e profissional do contador. **7)** Dar conhecimento desta decisão aos Conselhos Municipal de Saúde e do FUNDEB. **8)** Pelo encaminhamento do Parecer Prévio acompanhado de cópia dos autos à Câmara Municipal de Plácido de Castro, para seu julgamento, em cumprimento ao disposto no art. 23 da Constituição Estadual. **9)** Pela abertura de Tomada de Contas quanto à Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde. **10)** Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco, 05 de abril de 2018.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Sérgio Cunha Mendonça
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC